

333-130

3

GIR 04389

SÃO MIGUEL DAS MISSÕES

# Mbyá-guaranis podem se mudar para o Litoral Norte

*Índios cansaram de esperar pela demarcação de terras no município*

CARLOS ETCHICHURY  
*Casa Zero Hora/Missões*

**D**ois representantes dos índios mbyá-guaranis que vivem em São Miguel das Missões viajaram ontem para Porto Alegre. Às 10h de hoje, Nicanor Benitez e Osvaldo Paredez comunicam, numa audiência pública sobre a demarcação de áreas indígenas na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, que estão de mudança. Na última quinta-feira, o grupo de 38 guaranis decidiu que, se as terras que reivindicam no município não forem delimitadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), trocará a cidade por uma área de 2 mil hectares em Barra do Ouro, em Maquiné, Litoral Norte, onde moram outros guaranis.

Os mbyá-guaranis cansaram de

esperar por uma reserva em São Miguel das Missões. Descendentes dos índios que edificaram, no século 18, a redução de São Miguel Arcanjo – hoje ruínas de São Miguel, considerado patrimônio histórico da humanidade pela Unesco –, eles ainda não têm terras demarcadas e habitam sete hectares de uma área da prefeitura, próximo à cidade. Os índios exigem 824 hectares. Conforme Denise Vargas Superti, integrante da ONG TekoÁ, que auxilia os mbyá-guaranis, a área é dividida em três: uma de 24 hectares, onde eles permaneceriam vendendo artesanatos, outra de 600 hectares, no limite com São Luiz Gonzaga, que seria destinada à coleta de materiais, e uma terceira, com 230 hectares, às margens do Rio Inhacapetum, propícia para a moradia e a pesca.

O administrador regional da

Funai, Glênio Alvarez, diz que, no ano passado, foi firmado um protocolo de intenções com o governo estadual para resolver o problema dos mbyá. À Funai, caberia a identificação das áreas que poderiam ser demarcadas. Ao governo, a compra ou eventuais desapropriações. Alvarez acredita que a manutenção do protocolo pelo atual governo poderia resolver a demanda indígena.

O governo, porém, não garante que isso ocorra. Segundo o secretário estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Tarcísio Zimmermann, é preciso construir um novo protocolo com a Funai, mas que envolva também o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A decisão deve ocorrer entre os dias 22 a 24 de junho, em Passo Fundo, durante o 2º Fórum da Cidadania dos Povos Indígenas.